

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO MULTIDISCIPLINAR**

JULIA FONSECA MACHADO

**DESAFIOS DA DOCÊNCIA NO PROCESSO
DE INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO
DE ARROIO DOS RATOS - RS**

PORTO ALEGRE

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO MULTIDISCIPLINAR

JULIA FONSECA MACHADO

**DESAFIOS DA DOCÊNCIA NO PROCESSO
DE INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO
DE ARROIO DOS RATOS - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciado em
Pedagogia na Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, realizado sob orientação da
Professora Dra. Graciele Marjana Kraemer.

PORTO ALEGRE

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CAMPUS LITORAL NORTE

DEPARTAMENTO MULTIDISCIPLINAR

JULIA FONSECA MACHADO

**DESAFIOS DA DOCÊNCIA NO PROCESSO
DE INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNÍPIO DE
ARROIO DOS RATOS - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado sob orientação da Professora Dra. Graciele Marjana Kraemer.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Jaira Coelho

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Ms. Luciane Bresciani Lopes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dra. Graciele Marjana Kraemer - Orientadora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CIP - Catalogação na Publicação

Machado, Julia
Desafios da Docência no processo de inclusão
escolar no Município de Arroio dos Ratos / Julia
Machado. -- 2022.
31 f.
Orientador: Graciele Kraemer.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus
Litoral Norte, Licenciatura em Pedagogia, Tramandai,
BR-RS, 2022.

1. Práticas Pedagógicas. 2. Educação Inclusiva. 3.
Alunos com Deficiência. I. Kraemer, Graciele, orient.
II. Título.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento em primeiro momento, vai para minha irmã, pois mesmo depois da morte de nossa mãe, não desistiu de mim nunca, me apoiou, ajudou e incentivou a estar onde estou, nessa loucura chamada UFRGS.

Agradecer a minha colega e madrinha Elis, pois se não fosse por ela, eu não teria conseguido, a cada erro na inscrição ou nos trabalhos que eu pensava em desistir ela esteve lá, penso que minha mãe de onde estiver, destinou a calma na Elis, que eu precisava e não só na faculdade, mas na vida.

Agradeço a minha amiga Clarissa e seu marido Mateus que se fizeram presente em boa parte do trabalho. Clarissa me auxiliou muito, me ouvia quando eu precisava, ajudou muito no processo de escrita.

Agradeço ao meu namorado, que mesmo com todos os “perrengues”, se fez presente e teve muita calma ao longo desses anos, mesmo inexperiente, por muitas vezes, ficava até tarde me auxiliando nos trabalhos.

Aos amigos pelo apoio de sempre, para aqueles que sempre vibraram com cada nota A!

Agradeço à minha orientadora Graciele por toda paciência e atenção que teve comigo, pelas conversas e toda ajuda.

Há alguns meses venho realizando exames e fazendo diversos tratamentos, mas na última consulta, não com muita surpresa por ser hereditária, descobri a Diabetes, onde devo fazer um tratamento rigoroso.. Então, acima de tudo e de todos, agradecer nosso Deus que nos dá suporte uma vida inteira para aguentar tudo! Junto dele, nossa saúde física e mental, pois sem ela, nada é possível.

Hoje me sinto tão agradecida, penso que todas as lágrimas derrubadas até o dia de hoje, sobre os estudos, estão sendo recompensadas, pois 2023 é logo ali!

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

TCLE – Termo de Consentimento Livre Eclarecido

AEE - Atendimento Educacional Especializado

PPP - Projeto Político Pedagógico

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

TEA – Transtorno de Aspectro Autismo

RS - Rio Grande do Sul

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

PROFESSORA - B.P.

PROFESSORA - E.F.

PROFESSORA - G.T.

PROFESSORA - P.B.

PROFESSORA - V.H .

RESUMO

O estudo que será apresentado, trata-se de uma pesquisa qualitativa que foi desenvolvida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde pretende analisar a Docência e Inclusão Escolar em escolas da rede municipal da cidade de Arroio dos Ratos. O trabalho foi desenvolvido através do desenvolvimento de um questionário virtual com professoras do Município de Arroio dos Ratos. Diante da pesquisa realizada, pode-se observar alguns avanços e desafios na formação dos alunos com deficiência e inclusão, mesmo com existência Lei de nº 6.571/2008, que garante escola para os mesmos. O questionário com as professoras, tratou sobre experiências, anseios e medos apresentando, aspectos positivos e negativos em suas formações. A inclusão escolar está ligada em todas as escolas do município de Arroio dos Ratos, mesmo sabendo da qualificação e formação dos professores, algumas escolas não possuem assistência para os alunos da AEE, sendo assim, encaminhados para a APAE. A educação ainda precisa ser vista com outros olhos, alunos de inclusão e com deficiência também possuem direitos de estarem nas escolas e aprendendo, mesmo sabendo que cada um possui seu tempo. Concluir este trabalho, é como pensar em estratégias pedagógicas e humanas, para que assim, possamos fazer da inclusão escolar, uma maneira onde os alunos com deficiência possam vivenciar diversas experiências com os outros alunos.

Palavras chaves: Práticas Pedagógicas; Educação Inclusiva; Alunos com Deficiência.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	10
A POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR.....	12
DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA INCLUSÃO ESCOLAR	188
DESAFIOS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO DE ARROIO DOS RATOS	222
EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICA	255
CONSIDERAÇÕES FINAIS	299
REFERÊNCIAS.....	30

APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como finalidade analisar e discutir aspectos acerca do processo de inclusão escolar de alunos com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental e a prática docente, em escolas da rede municipal de ensino do município de Arroio dos Ratos, no Estado do Rio Grande do Sul (RS).

Para tal, desenvolve-se uma pesquisa de cunho qualitativo considerando-se os processos e práticas desenvolvidas na promoção da inclusão escolar de alunos com deficiência na rede regular de ensino. Um movimento analítico que não parte de avaliações binárias acerca da inclusão escolar, mas que busca analisar e discutir princípios e práticas para a promoção de uma educação de qualidade a todos os sujeitos escolares.

A analítica parte do seguinte tensionamento: **quais os desafios para a inclusão escolar de alunos com deficiência na rede municipal de ensino da cidade de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul?** Dessa forma, pretendo analisar como ocorre o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência na rede regular de ensino do referido município. Minha escolha pelo tema justifica-se pela possibilidade de compreender o contexto político de inclusão escolar dos sujeitos com deficiência, em um território específico.

Quando iniciei minha trajetória na educação, em 2015, fui estagiária em uma escola do município de Arroio dos Ratos. Nessa ocasião acompanhava uma menina que possuía diversas questões relacionadas ao seu desenvolvimento conforme apresentavam os laudos clínicos. Eu, enquanto ingressante na atuação pedagógica e sem experiência alguma da prática docente, fui convidada a trazer atividades diárias para essa aluna, como jogos, músicas, entre outras.

Em distintos momentos, ficamos somente eu e ela realizando as atividades propostas em outro espaço da escola. Essa experiência trouxe pontos positivos e negativos para mim na experiência da prática docente. Naquele momento, eu era apenas uma adolescente ingressando em uma escola diferente em alguns sentidos, uma vez que se tratava de um bairro com famílias de baixa renda, em situações vulneráveis no que diz respeito a condições de vida e sanitárias. Isso fez com que eu saísse da minha zona de conforto, mesmo que ainda sem experiência alguma na docência. Na escola havia muitos estudantes com questões familiares e sociais

complexas, com pouca assistência, pois tratava-se de crianças que eram assistidas por familiares como avós, tios, entre outros.

Ao lembrar do inverno rememorei que muitas crianças frequentavam as aulas com pouca roupa, muitas vezes sem tênis ou roupas suficientemente quentes. Essa condição fizeram com que em muitos momentos os profissionais da instituições organizassem a arrecadação de roupas em vista de auxiliar nos cuidados necessários à preservação da saúde destas crianças. A partir das experiências vivenciadas nessa escola, fui construindo uma vontade de exercer a profissão de professora. Embora as dificuldades fossem visíveis e, muitas vezes, o contexto desanimador, o retorno positivo que recebia das crianças valia a pena, principalmente da aluna que acompanhava. Importa destacar que, mais tarde, tive o privilégio de ser professora de sua irmã.

Após alguns anos, ingressei no Magistério e na prática do estágio, tive outra experiência com alunos em processo de inclusão escolar. Mas, nesse contexto, meu papel era diferente. Além disso, havia uma estagiária que me acompanhava no atendimento pedagógico do estudante com deficiência.

Com essa experiência, também relembro o quão complexo é para os alunos que iniciam sua prática da docência, desenvolver propostas pedagógicas sem o apoio e orientação de docentes que atuam há mais tempo na escola, como foi no meu caso. Assim, sempre que possível, busquei materiais complementares para que a estagiária pudesse desenvolver atividades específicas com estudantes que requerem maior apoio. Isso propiciava condições mais adequadas ao seu processo de aprendizagem e de desenvolvimento.

Hoje, embora quisesse focar em outro assunto, a inclusão escolar é o tema que mais me inquieta, pois foi por meio do processo de inclusão escolar de alunos com deficiência que tive meu primeiro contato em uma escola e em sala de aula. Assim, surgiu a necessidade de desenvolver a presente análise, considerando, para tal, a prática pedagógica. Diante desta proposta, organizo os seguintes objetivos para o desenvolvimento do estudo, objetivo geral: analisar os desafios para a inclusão escolar em escola pública da rede municipal de ensino da cidade de Arroio dos Ratos.

Este será desdobrado nos seguintes objetivos específicos: a) Compreender a política de inclusão escolar na educação nacional; b) Compreender os desafios para a inclusão escolar na rede regular de ensino dos sujeitos com deficiência; c) Analisar os desafios para a inclusão escolar na rede regular de ensino em uma municipal de ensino da cidade de Arroio dos Ratos.

Apresentada a minha inserção neste tema e a delimitação analítica, na sequência, passo a apresentar as questões metodológicas da pesquisa que aborda a inclusão escolar de alunos com deficiência.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para o presente estudo, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo com professoras do município em vista de analisar a inclusão escolar de alunos com deficiência. Em um de seus textos, Bogdan (1982 apud TRIVIÑOS, 1987, p. 128-130) trata sobre a importância da pesquisa qualitativa, e nos apresenta cinco características sobre este modo de análise, ou seja,

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave. A pesquisa qualitativa é descritiva. Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto. Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente. O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

Assim, na pesquisa de cunho qualitativo, “o pesquisador depara-se constantemente com a necessidade de conhecer e discutir sobre o caminho a percorrer a fim de elaborar de que forma transformar o fenômeno de investigação em um objeto de pesquisa” (ZANETTE, 2017, p.150). A partir disto, os pesquisadores que possuem necessidade de conhecimento, percorrem caminhos de pesquisas para obterem resultados maiores para suas formações.

Sendo assim, a partir de uma perspectiva de pesquisa qualitativa, no presente estudo desenvolve-se um processo de interlocução com docentes. Entendo que este processo viabiliza a possibilidade de o pesquisador:

fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. (DUARTE, 2004, p. 215).

Para a produção de dados do estudo, foi utilizado um questionário eletrônico enviado via plataforma *google forms*. Este questionário compreende nove questões, respondidas por professoras que atuam na educação da rede municipal. Além do questionário, foram realizados diálogos com algumas professoras, nas quais foram esclarecidas algumas dúvidas que não haviam ficado claras nas respostas do questionário. Cabe destacar que essa possibilidade de diálogos se dá pela minha proximidade com os profissionais da educação.

O questionário foi encaminhado para 10 professoras de escolas diferentes da cidade de Arroio dos Ratos e que tiveram acesso prévio ao Termo de Consentimento Livre Esclarecido(TCLE) que trazia as informações necessárias para a ciência do participante de aspectos relevantes da pesquisa. As questões foram respondidas por professoras, todas do gênero feminino, com idade entre 28 e 45 anos. O questionário foi enviado no mês de julho, na proximidade do período de recesso escolar. Apenas cinco professoras retornaram as questões, as demais não responderam informando falta de tempo para contribuir com as respostas das questões.

Respeitando os princípios éticos da pesquisa, optou-se por manter o anonimato das entrevistadas, as mesmas serão identificadas pelas iniciais de seu nome e sobrenome. As questões tratavam do tempo de formação, desafios encontrados na educação de alunos com deficiência, desenvolvimento de estratégias pedagógicas, trajetória decente, entre outras. A primeira questão relacionava-se com os dados pessoais das professoras e em seguida sobre os aspectos da formação profissional.

No que caracteriza os sujeitos que participaram da pesquisa, cabe destacar os seguintes dados iniciais. A professora E.F. tem a formação de Licenciatura em Pedagogia, atua na área há 7 anos. A professora P. B. é formada em Filosofia e Magistério, atua na área há 20 anos. A professora B. P. possui Licenciatura em Ciências Sociais, Especialização em AEE, Mestrado em Educação Especial e atua na área há 4 anos. A professora V. H. possui formação de Licenciatura em Pedagogia, Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusiva, Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Curso de capacitação na área da Deficiência Múltipla e AEE - Atendimento Educacional Especializado e atua na área há 18 anos. A professora G. T. possui formação em pedagogia, atua na área há 5 anos.

Destacadas estas questões metodológicas da pesquisa, na sequência passo a discutir sobre a política de inclusão escolar que subsidia a educação de alunos com deficiência em nosso país nas últimas duas décadas.

A POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR

Todo início de ano letivo apresenta novos desafios para a docência. Tanto os professores quanto os alunos não sabem o que o novo ano letivo pode suscitar em suas vidas. São expectativas alimentadas diariamente tanto pelos professores quanto pelos alunos.

Essa também é uma realidade para as pessoas com deficiência, principalmente para uma criança, que deve iniciar sua trajetória na escola em seus primeiros anos de vida. São sujeitos que estimam iniciar uma nova caminhada formativa, que estimula desafios diversos, adaptações e rotinas que, muitas vezes, não fazem parte de seu cotidiano familiar.

No presente estudo, estarei analisando o desafio de promover a inclusão escolar de alunos com deficiência no contexto da escola regular, na rede municipal de ensino da cidade de Arroio dos Ratos, no Rio Grande do Sul. Tendo em vista que a escola é um dos marcos mais importante na vida de uma pessoa, é nela que são desenvolvidos aspectos de ordem tanto pessoal quanto profissional.

Em 2008, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o Decreto n.º 6.571, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado e que regulamentou o parágrafo único do art. 60 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescentou dispositivo ao Decreto n.º 6.253, de 13 de novembro de 2007. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB - passou a assegurar o atendimento a estudantes com deficiência e também trazer os principais objetivos que o professor deve ter enquanto norteadores do seu trabalho.

A LDB ainda trata do espaço que deve haver nas escolas para que esse trabalho possa ser desenvolvido, com local adequado para isso, principalmente uma sala de recursos para realização de atividades complementares e/ou suplementares. Além disso, ressalta-se a importância da formação de professores para atenderem a esses alunos, considerando-se para tal, o investimento em formação continuada dos docentes, em vista do atendimento educacional especializado e a formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva (BRASIL, 2008).

Nesse aspecto, os alunos com deficiência passam a ter na escola um espaço fundamental para o seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo. Uma criança com deficiência tem garantido legalmente o seu direito de estar na escola, aprendendo e se desenvolvendo junto aos demais estudantes.

Assim, considerando as especificidades de desenvolvimento e de compreensão dos temas tratados em sala de aula, o aluno com deficiência tem garantido o seu direito à atividade complementar e/ou suplementar no Atendimento Educacional Especializado (AEE). O AEE tem como sua responsabilidade, complementar ou suplementar a formação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, nas escolas comuns que atuam em uma perspectiva inclusiva (HERMES; LANZARIN, 2017, p. 292).

A partir da política de inclusão escolar, instituída em nosso país em 2008, o aluno com deficiência passa a ter assegurado o seu direito de desenvolvimento de modo amplo. As atividades realizadas no AEE objetivam, entre outros aspectos, complementar e/ou suplementar o desenvolvimento estimado a partir do trabalho articulado entre a prática pedagógica desenvolvida na sala de aula regular e a prática pedagógica desenvolvida no AEE. Para que todos os alunos possam ser atendidos no AEE, os mesmos devem estar matriculados em escolas da rede regular de ensino, possibilitando, assim, um processo de desenvolvimento gradual a partir das condições e possibilidades individuais. Para tal,

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado – AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade. (BRASIL, 2008, online).

Portanto, se a família ou responsável almeja matricular uma criança ou adolescente em uma escola e essa negar a matrícula, deve-se procurar a Secretaria de Educação do município, se a escola for municipal ou a Secretaria Estadual de

Educação, se a escola for estadual a fim de se relatar essa dificuldade, uma vez que a matrícula desse estudante é assegurada por lei. Ao ser matriculado na rede regular de ensino, o aluno com deficiência passa a ter efetivado o seu direito a frequentar a sala de recursos multifuncionais, no contraturno da aula para que lá ele possa ampliar seu repertório formativo.

A atuação do professor no AEE está vinculada ao atendimento das demandas de que o aluno com deficiência necessita, sendo necessário, para tal, que os professores possuam formação específica do campo da Educação Especial. No AEE as atividades desenvolvidas buscam promover uma articulação gradual e sistemática com os conteúdos desenvolvidos em sala de aula, pelo professor. Estas atividades contemplam os mesmos conteúdos, mas que são trabalhados de forma singular, com recursos específicos e a partir de propostas singulares.

O foco das atividades planejadas pelos profissionais que atuam no AEE centra-se na organização de recursos e materiais acessíveis que contemplem o processo de inclusão escolar do estudante com deficiência. Isso requer planejar atividades a partir do objetivo elencado pelo docente para o desenvolvimento do grupo, articulado aos conhecimentos que vêm sendo desenvolvidos pelo coletivo de estudantes.

Esses objetivos devem estar relacionados às habilidades específicas previstas pela estrutura curricular nacional. Eles devem contemplar também as vivências estabelecidas na sala de aula regular, procurando estratégias para que os alunos com deficiência se sintam acolhidos pelos professores, assim como pelos colegas, em vista de uma perspectiva educacional inclusiva. Vale enfatizar que a proposta desenvolvida no AEE deve constar no Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas a partir de contribuições de uma rede para construção do documento, mantendo perspectivas da política curricular nacional, mas atentando às especificidades de cada escola.

Além disso, a articulação entre outras parcerias, principalmente entre a escola e profissionais de áreas como Assistência Social, Psicologia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, entre outros, passa a concretizar um trabalho em rede onde são produzidos diálogos entre distintos saberes. Essa rede ampla contribui para o desenvolvimento integral do aluno com deficiência.

Assim, compreender a política de inclusão escolar de alunos com deficiência

na rede regular de ensino implica atentar para processos e práticas que perpassam o sistema escolar e a representação social da diferença. Buscar estratégias para inclusão de alunos com deficiência em sala de aula é imprescindível. A relação dos pais nesse primeiro contato da criança com professores e colegas é muito importante, pois é por meio deles que o professor conhecerá o aluno, suas habilidades, gostos e suas dificuldades. Um laudo médico aponta a questão específica da deficiência, mas a relação com a família viabiliza que informações de como este sujeito se desenvolve nas atividades diárias sejam inscritas na prática pedagógica. Portanto, as questões de ordem político-pedagógica, de estruturação curricular e de organização didática necessitam englobar, neste processo, as especificidades de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com deficiência. Assim,

excluir o aluno (seja rejeitando-o na hora da matrícula ou tornando sua permanência inviável na escola ao longo do tempo) é ainda infelizmente uma atitude compreensível porque faz parte de um contexto histórico que precisa ser analisado, entendido e rompido. É imprescindível que se chegue a uma outra visão de mundo para que a inclusão seja efetivada (CAVALCANTE, 2012, p. 42).

Enquanto direito legal, o aluno com deficiência tem efetivado o direito a frequentar a escola, pois é nela que ele vai concretizar possibilidades de desenvolvimento, tanto nos aspectos cognitivos quanto na esfera social. Na articulação das ações pedagógicas desenvolvidas na escola com a família, são criadas possibilidades distintas de aprendizagem, e no caso de estudantes com deficiência, isso possibilita um importante processo de significação social.

Trata-se de concretizar novas experiências e vivências para esses alunos em sala de aula, uma nova rotina tanto escolar, quanto pessoal, pois a partir deste momento, o aluno com deficiência passa a estabelecer relações mais amplas. Assim, por meio de rotinas distintas daquelas que as famílias estabelecem com a criança, a rotina da escola pode ser desafiadora no início da jornada, mas, aos poucos, é possível que o estudante constitua um repertório social mais amplo e fundamental ao seu desenvolvimento.

Ao frequentar uma sala de aula em contato com outras crianças, o sujeito, seja ele com deficiência ou não, pode compreender processos dinâmicos de interação social e de desenvolvimento, distintos daqueles que se está acostumado. Entretanto, para que ocorra esse desenvolvimento, vale reforçar a importância do trabalho articulado entre o professor titular, o professor do AEE e na participação organizada da família.

Embora seja uma experiência complexa e desafiadora para muitos professores

que atuam na rede regular de ensino, a inclusão escolar de alunos com deficiência é um movimento político que busca afirmar o direito de todos aprenderem. Esse processo compreende pesquisa, articulação política e envolvimento permanente com a formação continuada por parte do docente. Estar com um aluno com deficiência não significa, necessariamente mudar sua rotina de aula, mas provavelmente flexibilizar processos e práticas, para que este aluno possa desenvolver as suas potencialidades a partir de distintas atividades. Assim, cabe considerar que,

Não é a deficiência em si mesmo nem as limitações que impõe ao sujeito que permitem caracterizar a diferença. Ela está nos entre lugares das experiências vividas que, até, podem levar duas pessoas com a mesma deficiência conceituais suas diferentes formas bastante distintas uma da outra (CARVALHO, 2008, p.22).

Nessa condição, a inclusão escolar, enquanto política de Estado, implica um movimento permanente do docente em relação à formação, pois,

A formação continuada se torna necessidade presente para a edificação do conhecimento tanto no campo da educação especial e inclusiva quanto das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (MARTINS; VIEIRA; FARIA, 2021, p. 1).

Em vista da inclusão escolar de estudantes com deficiência, a ação docente passa a ser ressignificada. Isso requer investimento em pesquisas, estudos de caso, análise legal e (re)estruturação curricular em vista do desenvolvimento do aluno,

O agir docente deve se dar com base nas peculiaridades que o estudante apresenta e seu contexto. O que quer dizer, na escolha dos recursos, meios, equipamentos, linguagens e conhecimentos que respondam a necessidade do estudante, assim como o apoio ao acesso e à participação ao ensino comum (VIEIRA. FARIA, 2021 , p.4)

Segundo estabelecido pela Lei n.º 13.146 de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão, cabe aos sistema de ensino, a partir do apoio do Estado, assegurar a igualdade e direitos aos sujeitos com deficiência no âmbito educacional e social. Nela é estabelecido que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (BRASIL, 2015, Art. 4º). Portanto, segundo estabelecido na referida Lei,

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência

social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 2015, Art. 8)

Destacadas estas questões iniciais acerca da política de inclusão escolar de estudantes com deficiência em nosso país, passo na sequência a trazer os aspectos metodológicos que norteiam a presente pesquisa.

DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA INCLUSÃO ESCOLAR

A partir da apresentação da política de educação inclusiva em nosso país e de seus desdobramentos para a efetivação da inclusão escolar de alunos com deficiência, passo na sequência a discutir o segundo objetivo específico do presente estudo, qual seja, compreender os desafios para a inclusão escolar na rede regular de ensino dos sujeitos com deficiência.

O aluno com deficiência nas duas últimas décadas passou a ter efetivado seu direito constitucional de acesso, permanência, aprendizagem e desenvolvimento na escola comum da rede regular de ensino. Com isso, matriculado em uma escola que atua em uma perspectiva educacional inclusiva passa a ter garantida sua formação por meio da promoção de estratégias pedagógicas de apoio, com profissionais docentes qualificados para este processo. O profissional que atua no AEE deve ter alguma formação, seja a nível de graduação, pós-graduação ou aperfeiçoamento, em Educação Especial. Além disso, prevê-se que a estruturação curricular deve compreender aspectos específicos relacionados às necessidades da instituição como o número de alunos matriculados com alguma deficiência e questões relacionadas à comunidade escolar. Assim,

para implementação da inclusão educacional é preciso pensar para e na diversidade presente no contexto escolar a fim de satisfazer as necessidades de aprendizagens para que os alunos tenham acesso a esse currículo escolar. (JESUS; ROSA; PRAIS, 2018, p. 320).

Na sala de aula, o trabalho constante acerca do respeito às diferenças, deve perpassar a organização de práticas pedagógicas que contemplem as especificidades singulares dos sujeitos. Com isso, pode-se efetivar uma atmosfera que torna mais ampla a compreensão acerca de aspectos singulares de desenvolvimento e de participação de sujeitos com especificidades no desenvolvimento. É importante ressaltar que todos os sujeitos são seres capazes de aprender e se desenvolver, entretanto, cada um com seu ritmo, seu tempo e sua forma de aprender assim como, sua capacidade para desenvolver melhor distintas habilidades. Portanto,

Quando se fala de diversidade de alunos, o resultado é inesperado. Trata-se de alunos com níveis de aprendizagem diferentes. Sobretudo, a forma como isso será encarado pelos profissionais da educação é que fará a diferença (JESUS; ROSA; PRAIS, 2018, p.322).

Garantir uma formação de qualidade para alunos com deficiência incluídos em escolas da rede regular de ensino vai muito além de um plano de aula ou de projetos e experiências adaptados à condição do sujeito escolar. Trata-se de um processo que requer atenção, foco, pesquisa e respeito, para que possam ser desenvolvidas

práticas coesas com as especificidades das condições de compreensão, aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos escolares. É um processo que exige dos professores “muito mais que o conjunto das atividades nucleares da escola, o currículo é a própria expressão das intenções dela (JESUS; ROSA; PRAIS, 2018, p. 323).

Segundo Kassir (2011, p. 62), as escolas especiais que ao longos da última década têm reduzido o quantitativo de estudantes com deficiência matriculados, “demandam um alto investimento para mantê-las (considerando a escassez de recursos disponíveis), isso implica pensar a política de inclusão escolar, como uma possibilidade de educação de todos”. Assim, a matrícula na rede regular de ensino e, por consequência, a matrícula no AEE, a partir de uma perspectiva de inclusão escolar constitui uma via fundamental para a efetivação do direito legal à educação do estudante com deficiência. A sala de recursos multifuncionais é o espaço onde se realiza o AEE. Esta é constituída por materiais diversificados, muitos deles produzidos pelo profissional docente que nela atua.

Em 2011, o Decreto n.º 7.611 passou a efetivar os princípios para a garantia da política de inclusão escolar. Destaca-se que, no que diz respeito aos recursos financeiros, institui-se a dupla matrícula dos estudantes com deficiência pois conforme estabelece o Decreto, “a dupla matrícula implica o cômputo do estudante tanto na educação regular da rede pública, quanto no atendimento educacional especializado (BRASIL, 2011, Art.9). Assim, o atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência, incluídos na “rede pública de ensino regular poderá ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniadas” (BRASIL, 2011, Art.9).

O objetivo do Atendimento Especial Especializado (AEE) é possibilitar a inclusão escolar de um aluno com deficiência. As escolas estão mudando em termos de adaptações com alunos com deficiência, superando barreiras que historicamente marcam processos de segregação e de exclusão. Kauffman (1999) destaca que a igualdade de oportunidades de aprendizagem e escolarização para os estudantes com deficiência depende da coexistência das modalidades de atendimento regular e serviços especializados. É fundamental que a escola e o professor do AEE compreendam seu papel no processo de aprendizagem visando sempre a melhor formação para seus alunos, pois, muitas vezes, a escola constitui-se muito mais que um lugar de aprendizado, é também um espaço de importantes vínculos sociais.

Neste processo, ressaltar a relevância da troca de experiências entre os professores da sala de aula regular e o profissional docente do AEE. Nessa troca há

um processo de enriquecimento de saberes a partir do trabalho efetivado. Há a possibilidade de troca de experiências que se efetivam em um percurso de desenvolvimento dinâmico, onde todos os alunos passam a significar a potência de conviver com a diferença.

Tomadas estas questões conjunturais, para análise aqui desenvolvida, foco na experiência docente das professoras entrevistadas e seus desafios vivenciados para a organização e dinamização das práticas pedagógicas. Portanto, parto da compreensão de que

[...] a análise de conteúdo constitui-se de um conjunto de técnicas e instrumentos empregados na fase de análise e interpretação de dados de uma pesquisa, aplicando-se, de modo especial, ao exame de documentos escritos, discursos, dados de comunicação e semelhantes, com a finalidade de uma leitura crítica e aprofundada levando à descrição e interpretação destes materiais, assim como a inferências sobre suas condições de produção e recepção (MORAES, 1994 apud ENGERS, 1994, p. 103).

Assim, no enfoque da presente pesquisa, destaco que as professoras da rede municipal de ensino, responderam ao questionário a partir de seu modo de pensar, suas vivências e experiências pedagógicas e suas dinâmicas de trabalho na sala de aula. Em suas reflexões, elas trazem pontos positivos e negativos sobre a educação de alunos com deficiência em processo de inclusão escolar. Elas destacam os desafios enfrentados na sala de aula, suas angústias, medos e receios, mas também trazem pontos positivos na efetivação da política de inclusão escolar.

Nas respostas, destacam que os maiores desafios para a inclusão escolar de alunos com deficiência encontram-se alocados na falta de recursos estruturais e humanos nas escolas. Segundo elas, os materiais de uso diário, assim como a necessidade de investimento na estrutura das escolas, em profissionais com determinada qualificação para a atuação com um público distinto, constituem desafios importantes para a promoção da inclusão escolar. Cabe lembrar que, “a inclusão escolar é relativamente nova no sistema educacional brasileiro, o que gera necessidade de busca por estratégias que possibilitem sua efetivação de maneira eficiente e eficaz” (MARTINS; VIEIRA; FARIA, 2021, p. 3).

Assim, as adequações curriculares, principalmente para os alunos da educação infantil, o planejamento pedagógico diferenciado de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas e o engajamento da comunidade escolar, são quesitos fundamentais para a efetivação da inclusão escolar. Portanto, como a maioria das professoras entrevistadas já atua há mais de 5 anos na docência, elas destacam experiências acumuladas ao longo do percurso docente na educação de alunos com deficiência. Ressaltam aspectos fundamentais para a formação docente

e a efetivação de saberes pedagógicos que contemplem as singularidades de desenvolvimento.

Efetivar o acesso a recursos tecnológicos distintos na sala de aula pode ser um importante aliado para os professores, pois é através deles que os alunos se conectam e desenvolvem-se nos mais variados aspectos. Mas é preciso estar atento, pois a tecnologia, quando não administrada de forma cautelosa, pode inibir alguns movimentos necessários ao desenvolvimento estudantil. Assim, é importante compreender que o acesso e uso de recursos tecnológicos na educação de estudantes com deficiência não compreende apenas a “inserção de ferramentas digitais na vida escolar, é um processo de transformação cultural de uma instituição altamente conservadora e padronizada” (NONATO, SALES, FERRAZ., 2019. p.12).

Um marco muito importante para a inserção gradual de suportes tecnológicos na educação foi o contexto da pandemia iniciado no ano de 2020. Assim,

Em linha com todos os setores da sociedade, também a Educação se viu obrigada a lançar mão do potencial das TIC para reestruturar repentinamente todos processos educativos que, durante a vigência das restrições de proximidade e contato físico entre as pessoas na pandemia da COVID-19, poderia se dar apenas com mediação tecnológica (NONATO, SALES, FERRAZ. ano, 2019. p.10).

Foram dois anos de ensino remoto, onde os professores tiveram que se reinventar e manter atividades para os alunos que estavam em casa, com seus familiares ou cuidadores. Em conversa com algumas das entrevistadas, elas relatam que mesmo buscando se aprimorar nos conhecimentos necessários à efetivação da inclusão escolar de alunos com deficiência, algumas das dificuldades encontradas nas escolas está no equilíbrio do uso das tecnologias pelas crianças.

DESAFIOS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA REDE REGULAR DE ENSINO DE ARROIO DOS RATOS

Na seção anterior apresentei alguns desafios que marcam a inclusão escolar de alunos com deficiência. Essa condição marca movimentos importantes para a escola em nosso presente. Passo na sequência a desdobrar a analítica da pesquisa desenvolvida com enfoque no terceiro objetivo específico do presente estudo, ou seja, analisar os desafios para a inclusão escolar na rede regular de ensino em uma municipal de ensino da cidade de Arroio dos Ratos.

Sob esta dinâmica complexa de nosso presente, penso que seja relevante compreender que a inclusão escolar não deve ser vista enquanto marco legal que prevê somente alunos com deficiência, mas sim em todos aqueles que frequentam a sala de aula e a escola. Para Giroto, Sabella e Lima (2019, p.238) “o processo de inclusão está longe de se concretizar, pois necessita de mudanças paradigmáticas, atitudinais e metodológicas e não só de infraestrutura”. Isso está em consonância com o relato das professoras em relação ao desafio que a inclusão escolar apresenta, em específico, na organização de recursos materiais e estruturais.

Todos os dias vivenciamos alguns desafios, mas o que mais me chamou a atenção foi a inclusão, era tudo novo pra mim, mas foi uma experiência incrível e que mudou muito no meu currículo (E.F.).

A adequação de diferentes planejamentos em uma turma é um desafio enfrentado todos os anos, Níveis de aprendizagem diferentes e adaptações com alunos com deficiência se destacam nos desafios (G.T.).

Muitas vezes, as famílias têm a escola como uma entidade assistencialista, mas a participação da família em si para dar continuidade aos cuidados que a escola proporciona ou consegue (atendimento APAE, psicóloga, fonoaudióloga...) fica em falta; nem sempre temos estagiários e nem sempre eles possuem preparo para estar lidando com determinadas situações (G.T.).

A partir desses excertos, os desafios que a inclusão estabelece ao docente são de ampla envergadura, pois, “se por um lado a integração defende a oferta de serviços educacionais especializados fora da escola regular, a política de inclusão defende que esses apoios devem ser ofertados na rede regular, e só em casos excepcionais fora da sala ou escola regular” (MIRANDA, FILHO, 2011, p. 17). No processo de inclusão escolar instituído em nosso país na primeira década de nosso século, o princípio que desafia a docência é a efetivação das condições de participação dos estudantes. A partir de um regime discursivo histórico, é importante destacar que,

Direitos Humanos e ratificado na Declaração Mundial sobre Educação para todos. Toda pessoa com deficiência tem o direito de manifestar seus desejos quanto a sua educação, na medida de sua capacidade de estar certa disso. (BRASIL, 1994, p. 17) .

É direito assegurado, na nossa Constituição, que todos tenham acesso às escolas, lá permaneçam e se desenvolvam, sejam elas instituições da rede pública ou privada. Na perspectiva da inclusão escolar, o acesso, a permanência e o desenvolvimento de todos deve ser efetivado de modo a promover o desenvolvimento do aluno com deficiência, Isso implica saberes pedagógicos amplos, diálogos entre docentes, articulação entre distintos setores e saberes. Portanto, em vista de uma perspectiva educacional que abarque a todos, segundo destaque das professoras, torna-se essencial que

O relacionamento com professores e, às vezes, com as famílias. Falta de contato fácil com órgãos de saúde, por exemplo, de certa forma tudo isso engloba o aprendizado dos alunos, pois depender da saúde, assim como o conselho tutelar para alguns casos nas escolas, às vezes se torna complicado. (professora B.P.)

Proporcionar, em sala de aula, para os demais alunos ter consciência do respeito e cuidado; proporcionar aos alunos com deficiência, socializar, brincar, se ver pertencente a um lugar. Proporciona novas experiências e desafios como docente, buscando novos conhecimentos para lidar com as diferentes deficiências, além de por algum momento, fazer parte da vida do aluno, podendo fazer alguma diferença em sua trajetória (professora G.T.)

O lado positivo é que diariamente todos aprendemos que podemos também nos tomarmos uma pessoa PNE. Seja através de um pequeno acidente ou mudanças no corpo por conta de uma doença. O futuro ninguém sabe. Logo, trabalhar a tolerância é algo necessário (V.H.).

Em uma conversa com uma das professoras participantes da pesquisa, ela relata sobre a escola que trabalha e aspectos relacionados à política de inclusão escolar. Segundo ela, a escola da rede municipal de educação possui inúmeros alunos em processo de inclusão escolar. Para isso, cada turma que tem algum aluno incluído a escola tem estagiários/monitores para auxiliar os docentes em articulação com o AEE.

A referida escola de Ensino Fundamental, conta com professores, direção, orientadores e supervisores, assim como com o auxílio de zelador, merendeira e serviços gerais. O relato apresentado pela professora está implicado com a experiência e os saberes pedagógicos do trabalho docente, pois se trata de uma profissional que atua na área da educação há mais de 25 anos. Ela atua também na APAE e em uma escola

Estadual da cidade de Arroio dos Ratos. A professora destaca “trabalhar a tolerância” no processo de inserção do aluno com deficiência na escola. Ela relatou como é trabalhar em duas escolas do município, onde atende crianças com deficiência há mais de 25 anos.

Destaca que o auxílio e apoio dos profissionais que trabalham nestas instituições é essencial e o apoio dos pais é o pilar deste trabalho. Fala também sobre a infraestrutura da escola, sendo a mesma da rede municipal (APAE) e da rede estadual. Uma conta com o total apoio da prefeitura e de promoções que a entidade faz e outra depende do estado, onde às vezes os recursos são precários. Assim, cabe compreender que:

A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais demanda uma mudança radical na gestão do sistema educacional de modo amplo, e de cada escola especificamente, priorizando ações em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil aos programas para a formação de professores. Faz-se prioritária, também, a adequação arquitetônica dos prédios escolares para acessibilidade e a organização de recursos técnicos e de serviços que promovam a acessibilidade pedagógica e nas comunicações (BLANCO; GLAT. 2007, p. 34).

Assim, as professoras ao apresentarem os desafios que implicam a inclusão escolar de estudantes com deficiência nos levam a reflexões sobre educação destes sujeitos em nosso presente. Cabe lembrar que as entrevistadas possuem experiências na área há mais de 5 anos e algumas delas têm mais de 20 anos. Em certa medida, seguir com estes desafios na educação de pessoas com deficiência após mais de uma década de política de inclusão escolar constitui um importante desafio no cenário da educação nacional.

Contudo, a escola continua a ser fundamental para a inserção dos sujeitos na sociedade e, como tal, é uma instituição cultural importante que não pode renunciar aos movimentos culturais de nosso tempo, sob pena de se descolar da realidade que a legitima como aparelho político-social fundamental na construção da sociedade humana como a conhecemos (NONATO, SALES, FERRAZ, 2019. p.12).

Assim, destacados desafios da educação nacional, passo na sequência a discutir algumas breves questões sobre as experiências pedagógicas no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência.

EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICA

As professoras trazem em seus relatos as experiências vividas em sala de aula e quando questionadas sobre: Como você observa a inclusão escolar dos alunos com deficiência? Elas destacam que:

Na instituição que eu atuo existe um Plano Educacional Individualizado para cada estudante. No entanto, os professores têm dificuldade de executá-lo por conta da ausência de formação específica para cada CID (P.B.).

Ainda um desafio muito grande, uma utopia. É muito difícil a compreensão dos professores da sala de aula regular com relação às adaptações, manejos e até mesmo, sobre a importância de uma simples conversa, um olhar afetuoso para os alunos com deficiência. Na maioria das vezes, os alunos não são nem “percebidos” em sala de aula (B.P.).

As duas professoras atuam na rede municipal de ensino e seguem os planejamentos individualizados dos alunos. Uma das docentes destaca que organiza o planejamento para cada aluno e a outra refere-se ao “esquecimento” dos alunos com deficiência. Esta condição mostra para quem atua na educação, a complexidade das questões que englobam a prática docente na inclusão escolar de estudantes com deficiência.

O investimento gradual e permanente na formação de professores é um aspecto relevante para o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência. Efetivamente, além do investimento na formação, é necessário que a estrutura político-pedagógica seja repensada, considerando-se para tal, a formação de qualidade dos alunos com deficiência. Esse investimento configura uma arena pedagógica comprometida com o desenvolvimento de todos os estudantes, aspecto este que pode ser observado na resposta da professora.

As atividades propostas para os alunos com deficiência não devem ser diferentes em conteúdos. Elas são diferentes na forma de abordagem, assim como na avaliação. Mas o conteúdo que está sendo desenvolvido com a turma deve ser apresentado igualmente para o aluno, além das demais atividades do seu nível de alfabetização (G.T.).

Após realizada a avaliação dos alunos, são elaboradas atividades adaptadas de acordo com o nível de aprendizagem do(a) aluno(a) utilizando também material concreto, principalmente o lúdico e jogos pedagógicos (V.H.).

A resposta da professora G.T. nos traz a importância do planejamento pedagógico ser diferenciado. Isso não remete a diferenciação curricular, mas a uma prática pedagógica que contemple as especificidades de desenvolvimento dos alunos

com deficiência em processo de inclusão escolar. Cabe assim compreender que,

A educação especial, numa perspectiva inclusiva, fomenta ações inovadoras, inter e transdisciplinares, que promovam o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas, em diferentes contextos socioeducativos. Essa nova realidade amplia o seu âmbito de ação e destaca a importância da construção de redes criativas e flexíveis entre educação formal, representado pelo espaço escolar e as diferentes possibilidades educacionais, num contexto de rápidos avanços tecnológicos e de comunicação. (MIRANDA, FILHO, 2011, p.09)

No relato da professora V. H. verifica-se que as atividades são elaboradas conforme o nível de seu aluno, usando como recurso pedagógico o investimento em atividades lúdicas. Ela destaca em conversa, que usa esses métodos há anos em sala de aula, a mesma professora relata sobre o trabalho com os pais no primeiro momento do atendimento, pois alguns não aceitam a deficiência dos filhos, “são dias de muita conversa e trabalho, alguns pais são mais mente aberta, outros nem tanto, demoram a entender e aceitar. Quanto mais demorada a aceitação, mais demora a adaptação desta criança na escola, meu papel é ajudar através de conversas e como rede de apoio, mas nem todos aceitam” (V. H.)

Neste quesito, destaco que o papel da direção da instituição escolar é fundamental no processo de inclusão de alunos com deficiência. Para tal, contar com o apoio da orientadora pedagógica na dinamização de diálogos entre escola e família é um dos pontos mais importantes. Profissionais docentes em sua trajetória acadêmica são mobilizados a partir de uma série de saberes e no diálogo com experiências distintas. Isso reflete parte da dinâmica da instituição escolar e que muitas vezes, no seio familiar, não há este acesso amplo a experiências significativas de desenvolvimento do sujeito estudante. Neste aspecto, uma das professoras relata em uma conversa que:

[...] no começo da minha carreira, perdi muitos alunos por falta de informação, pais que não aceitavam a deficiência do filho e resolvem tirar da escola, ou trocar de escola, pois achavam que não queríamos atender esta criança, assim como já tive colegas que não aceitavam alunos com deficiência, e não por falta de preparo, mas sim por preconceito, foram algumas experiências que recordo do começo da minha carreira e sempre lembro disso, me fazendo questionar, que tipo de professor quero ser para meu aluno(E.F.).

A mesma ainda diz “acredito que temos um longo caminho pela frente, muitos desafios ainda devem ser superados, precisamos de mais profissionais capacitados nas escolas para trabalhar com esses alunos, profissionais que não desistam deles” (E.F.).

Segundo Fernandes e Healy , 2007 , p. 97.

Apesar das leis destinadas a normatizar o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, muitas pessoas ligadas à Educação afirmam não se sentirem preparadas para enfrentar tal desafio.

Portanto, como nos apresentam em seus relatos, as professoras destacam seus medos e anseios, mesmo no caso de profissionais que atuam na área há mais tempo e que possuem formação específica nas questões do campo da Educação Especial. Em suas experiências pedagógicas, as professoras possuem alunos com TEA, surdez, paralisia, paraplegia, cegueira, Síndrome de Down, deficiência intelectual, assim como algumas que são professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado na sala de recursos multifuncionais.

Mesmo com inúmeras experiências com estas especificidades que englobam as mais variadas deficiências e o processo complexo de inclusão escolar, as docentes relatam questões bastante pontuais no que diz respeito à inclusão escolar. Assim, compreendo que “a formação profissional é um processo pedagógico, intelectual e organizado, de preparação teórico-científica e técnica do professor para dirigir competentemente o processo de ensino” (SAVIANI, 1985. p. 27). As professoras G.T. e V.H. destacam questões a respeito da presença de monitores no desenvolvimento da prática pedagógica de uma perspectiva educacional inclusiva:

Hoje, sendo um caso diferente, não tenho monitor. Mas em outros casos, em outros anos tive. Nem sempre a presença dos monitores é válida, pois normalmente são estudantes do ensino médio e não recebem instruções para lidar com tais situações, fazendo com que eu precise orientá-los como agir. Entretanto, a presença deles é importante para termos um “apoio” em situações em que precisamos agir rápido” (G.T.)

O papel do monitor é muito significativo para o desenvolvimento dos alunos dia após dia, auxiliando nas atividades propostas pelo professor, pois com o apoio dele muitas atividades podem ser desenvolvidas (V.H.).

Ambas as docentes trazem a importância de ter um profissional de apoio em sala de aula, como por exemplo, um monitor, em vista do desenvolvimento de questões específicas. Sob este prisma cabe compreender que, segundo Pereira (2002, p.23) “vir a ser professor é uma diferença de si que o sujeito produz culturalmente num dos seus inumeráveis movimentos de constituição no mundo”. Assim, a dinâmica da sala de aula requer que o professor experiencie processos de constante pesquisa para a efetivação da inclusão escolar. Nisso, contar com o apoio de um monitor, muitas vezes facilita a execução do planejamento pedagógico por

meio de um trabalho em conjunto, o que pode possibilitar resultados mais avançados.

Em uma conversa com uma das professoras, ela relata sobre suas experiências desde o começo de sua carreira, contando com apoio de monitores.

As crianças no meu tempo de escola, eram mais tranquilas, brincavam mais na rua, não se importavam com muita coisa. Hoje, querem escolher até o que vão vestir para ir para escola, são outros tempos e isso me preocupa muito, pois não sei como vai acontecer daqui pra frente com essa nova geração, são crianças que não querem ajuda de monitores, quem dera se no meu tempo pudesse ter essa opção” (B.P)

Mesmo com diferenças de idades e municípios de atuações, assim como suas formações, as professoras trouxeram seus pontos positivos e negativos, assim como seus anseios, suas experiências, contando um pouco sobre suas vivências em sala de aula. Todas trabalham ou trabalharam na cidade de Arroio dos Ratos, hoje já com formações na área da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho conclusão realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no curso de Licenciatura em Pedagogia, enquanto uma pesquisa qualitativa tendo como tema: Desafios da Docência no processo de Inclusão Escolar no município de Arroio dos Ratos – RS.

Com a principal questão norteadora do trabalho de conclusão: Quais os desafios para a inclusão escolar de alunos com deficiência na rede municipal de ensino da cidade de Arroio dos Ratos, Rio Grande do Sul?

Considerando o ponto de vista dos autores citados e das professoras entrevistadas, podemos destacar o valor do professor e de sua formação sendo muito importante. Hoje, após anos em sala de aula, encerrando a poucos dias o estágio das séries iniciais do curso, percebo que ainda há trabalho em sala de aula com os alunos de inclusão, os alunos mostram interesse e a professora tem muita vontade, mas em uma sala onde há mais de 25 alunos às vezes se torna difícil auxiliar estes alunos que requerem mais a atenção do mediador, destaco a importância de um monitor neste momento, pois um trabalho em conjunto, obtém grandes resultados.

Encerrar este trabalho que me fez pensar muito sobre nosso futuro em sala de aula, a maneira como as crianças com deficiência estão experienciando um processo educacional inclusivo, A partir das respostas das docentes foi possível pensar em estratégias pedagógicas que marcam um princípio educacional com enfoque na diferença no diálogo permanente e no apoio docente e da família.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Meiriene Cavalcante, 1980 - Do preferencial ao necessário: o atendimento educacional especializado na escola comum / Meiriane CavalcanteBarbosa. - Campinas, SP:[s.n.], 2011.

BLANCO, L. de M. V.; GLAT, R. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Riode Janeiro: Sette Letras, 2007.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora deDeficiência. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidadeseducativas especiais. Brasília, DF, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação/SETEC. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.DF, 7jul. 2015.

BRASIL, Política Nacional de Educação Especial. Brasília, 1994.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto Federal n.º 7.611/11, de 17/11/2011. Dispõem sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providencias. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei 13.146, de seis de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acessoem: 16 mar. 2018.

CANDAU, V. M. F. Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas. Educação, Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 33-41, jan./abr. 2014.

CARVALHO, Rosita Edler. Diálogos desde a in-disciplina: para além da diversidade, a diferença. In: MEDEIROS, Isabel Letícia; MORAES, Salete Campos de; SOUZA, Magali Dias de. (Orgs). Inclusão escolar: práticas & teorias. Porto Alegre: Redes, 2008. p. 15 - 32.

Decreto nº 6571. DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, Campinas, n. 115, p. 139-154, jul. 2001.

FERNANDES, S.H.A.A.; HEALY, L. Ensaio sobre a inclusão na EducaçãoMatemática.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIROTO, C. R.; POKER, R. B.; OMOTE, S. (Org.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília: Oficina Universitária, 2012. 238 p.

Inclusão, diferença e políticas públicas [recurso eletrônico] / Adriana da SilvaThoma (in memoriam), Betina Hillesheim, Carolina de Freitas Corrêa Siqueira(organizadoras). – 1. ed. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2019.

JESUS, R. A. ; ROSA, F. H. ; PRAIS, J. L. S. Currículo e inclusão educacional: percepções de docentes na educação básica: Joaçaba, 43, n. 1, p. 317-344, jan./abr. 2018

KASSAR, M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n41/05.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

KAUFFMAN, J. M. Conferir coerência à educação. In: CORREIA, L. M. (Org.). *Educação especial e inclusão: quem disser que uma vive sem a outra não esta noseu juízo perfeito*. Porto: Porto Editora, 2003. p. 155-205

LANZARINN: L. L. M, HEMES, T. S. Educação Especial como campo de saber e poder nas políticas de inclusão escolar. *Revista: Contrapontos*, V. 17 , Itajaí, 2017

LIMA, G. dos S. A cultura material escolar: desvelando a formação da instrução de primeiras letras na Província de Sergipe (1834-1858). *Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe*, 2007.

MARTINS, X. R. VIEIRA, O. A. E. FARIA, V. A. *Revista Educação Especial | v. 34 |2021 – Santa Maria*.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2013. p. 133-173. (Coleção Papirus Educação).

NONATO, Emanuel do Rosário Santos; SALES, Mary Valda Souza. Educação e os caminhos da escrita na cultura digital. In: FERRAZ, Obdália. *Educação, (multi)letramentos e tecnologias: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura*, Salvador: EDUFBA, 2019, p. 141-172.

PEREIRA, M. V. Nos supostos para pensar formação e auto-formação: a professoralidade produzida no caminho da subjetivação. In: CANDAU, V. (Org.). *Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

PLETSCH: M.D. MENDES, G.M. L. HOSTINS, R. C. L.(ORG). *A escolarização de alunos com deficiência intelectual dois-pontos políticas práticas e processos cognitivos*. Marquezine & Manzini, São Carlos, 2015

PRAIS, J. L. S.; ROSA, V. F. Organização da atividade de ensino a partir do Desenho Universal de Aprendizagem: das intenções às práticas inclusivas. *Revista Polyphonia Goiânia*, v. 25, n. 2 p. 359-374, jun./dez. 2014.

SAVIANI, Dermeval. “ Sentido da Pedagogia e o papel do Pedagogo”. *Revista da Ande*, (9): 27-28, São Paulo, 1985.

SPERRHAKE, R. ; LOCKMANN, K. ; TRAVERSINI, S. C. *Pesquisar COM a escola: currículo e inclusão em foco*. Capes: Pimenta Cultural, São Paulo, 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: _____. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

Unión. *Revista Iberoamericana de Educación Matemática – UNION. Federación Iberoamericana de Sociedades de Educación Matemática – FISEM*, n. 10, p. 59-76, 2007. Disponível em <http://www.fisem.org/paginas/union/revista.php?id=27> GIL, M. *Deficiência visual*. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000.

ZANETTE, M. S. *Espaço habitado e o espaço que nos habita: dizeres da espacialidade na fala das educadoras de creches*. 2013. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) -

Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2013.